

Onde está o impasse

Não há mais qualquer dúvida. O governo brasileiro já aceita com naturalidade a idéia de fazer um pagamento simbólico aos bancos. A discussão não é mais sobre o pagamento em si, mas sobre o valor a ser pago. O Brasil gostaria que ele fosse efetivamente simbólico, a ponto de não caracterizar o rompimento de moratória. Os bancos, por sua vez, insistem em que o pagamento não seja tão simbólico, exatamente para caracterizar um rompimento da moratória.

Este é o impasse que vai nortear as negociações que recomeçam formalmente hoje com a chegada de Fernão Bracher e Antônio de Pádua Seixas a Nova York. O Brasil aceita pagar um máximo de US\$ 400 milhões, ou seja, aproximadamente 10% do valor dos juros que o País deixou de pagar desde a decretação da moratória, no último dia 20 de fevereiro.

O governo brasileiro se apegava a esse calor porque ele representa também cerca de 10% das reservas do País e não promove um desfalque muito grande nos cofres do Banco Central. Mas os banqueiros querem mais.

A discussão do pagamento simbólico passou a ser crucial. Se falharem as últimas tentativas de negociação, que começam hoje, o Brasil será fatalmente rebatizado para a condição de "mau pagador" pelas autoridades norte-americanas. Em outras palavras, será incluído numa categoria de países que não mais merecem qualquer crédito. Isso não interessa ao Brasil e nem aos bancos, que terão de aumentar suas reservas a partir do momento do rebatamento. Assim, há chances de um acerto provisório. Até o governo norte-americano colaborou. Deixou a adoção de possíveis represálias à política de informática para depois do dia 26 P.C.